

# SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

CNPJ/MF 52.543.766/0001-16

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em reais

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos déficits, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Além disso, diversos bens do hospital estão penhorados para garantia de ações que estão sendo discutidas judicialmente.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo, com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em reais

ATIVO	Notas	31/12/2017		31/12/2016	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>17.373.418</b>		<b>17.874.504</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.957.032		7.812.800	
Contas a Receber	4	8.558.395		6.160.209	
Adiantamentos Efetivados	5	274.396		228.198	
Juros a Emprestimos a Apropriar	10	1.779.108		1.799.023	
Outros Créditos	6	1.341.458		1.343.241	
Estoques	7	463.028		531.032	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>20.977.190</b>		<b>19.663.682</b>	
Outros Créditos		266.961		218.678	
Juros a Emprestimos a Apropriar	10	1.060.032		1.250.043	
Investimentos	8	1.755.926		-	
Imobilizado	9	17.894.271		18.194.961	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>38.350.608</b>		<b>37.538.186</b>	
<b>PASSIVO</b>		<b>38.350.608</b>		<b>37.538.186</b>	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>28.921.496</b>		<b>24.686.362</b>	
Fornecedores	11	8.171.172		7.663.699	
Obrigações Trabalhistas	12	3.621.715		3.288.263	
Obrigações Fiscais		249.183		212.469	
Parcelamentos Tributários	13	590.799		1.242.000	
Provisão para Contingências	15	802.379		608.226	
Obrigações com Parcelamento	14	133.282		167.511	
Subvenções a Aplicar		8.659.150		6.283.184	
Emprestimos e Financiamentos	10	7.571.584		5.086.642	
Outras Obrigações		122.233		134.369	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.270.848</b>		<b>36.380.393</b>	
Fornecedores LP		-		-	
Parcelamentos Tributários	13	16.471.119		17.641.225	
Verbas Subvencionadas		4.782.458		5.032.029	
Obrigações com Parcelamento	14	1.232.856		1.366.138	
Emprestimos e Financiamentos	10	7.904.441		7.769.126	
Provisão para Contingências	15	2.879.973		4.571.876	
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	17	<b>(24.841.736)</b>		<b>(23.528.570)</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>38.350.608</b>		<b>37.538.186</b>	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em reais

	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS</b>	<b>70.859.298</b>	<b>68.948.389</b>
<b>Recargas de atividades assistenciais</b>	<b>68.723.651</b>	<b>67.532.911</b>
Recargas operacionais	26.997.040	26.519.300
S.U.S. - Sistema Único de Saúde	22.414.784	22.414.784
Convênios	3.642.367	3.373.059
Particulares	892.891	731.487
(c) Glossas	-	-
Outras receitas operacionais	41.013.581	41.013.581
Subvenção Federal	16.796.553	16.437.897
Subvenção Estadual	8.085.240	8.821.334
Subvenção Municipal	11.611.362	10.962.481
INSS Cota Patronal	5.233.455	4.791.868
<b>Recargas financeiras, patrimoniais e extraordinárias</b>	<b>1.897.158</b>	<b>1.304.357</b>
Recargas Financeiras	486.262	726.756
Outras Recargas	1.410.896	577.602
Trabalho Voluntário	238.488	111.120
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(72.172.444)</b>	<b>(72.418.342)</b>
Despesas com atividades assistenciais	(65.149.339)	(64.715.625)
Despesas com pessoal	(21.895.615)	(19.635.671)
Despesas administrativas e gerais	(1.442.387)	(3.118.271)
Serviços prestados por terceiros	(30.542.433)	(29.871.718)
Medicamentos e Materiais	(10.385.789)	(11.115.047)
Despesas com depreciação / Amortização	(861.833)	(926.471)
Impostos e taxas	(23.283)	(48.450)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(6.784.637)</b>	<b>(7.591.597)</b>
Despesas financeiras	(1.551.182)	(2.799.729)
INSS Cota Patronal	(5.233.455)	(4.791.868)
Trabalho Voluntário	(238.488)	(111.120)
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.313.166)</b>	<b>(3.469.954)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL NO EXERCÍCIO

Em reais

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(27.261.116)</b>	<b>7.262.484</b>	<b>(20.098.632)</b>
Deficit do exercício	-	(3.469.954)	(3.469.954)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(27.261.116)</b>	<b>3.792.530</b>	<b>(23.528.570)</b>
Deficit do exercício	-	(1.313.166)	(1.313.166)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(27.261.116)</b>	<b>2.479.374</b>	<b>(24.841.736)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / Deficit Líquido	(1.313.166)	(3.469.954)
<b>AJUSTES</b>		
Depreciação	861.833	926.471
Provisão de contingências	(1.497.749)	(489.086)
	<b>(635.916)</b>	<b>437.375</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
Contas a receber	(2.398.180)	(1.691.591)
Adiantamentos	(48.180)	(99.533)
Estoques	68.005	(74.550)
Outros créditos	1.793	78.874
Fornecedores	507.473	(488.449)
Obrigações Trabalhistas	333.453	394.054
Obrigações Fiscais	28.714	12.808
Parcelamentos Tributários	(1.821.307)	(198.604)
Obrigações com Parcelamentos	(167.511)	(209.026)
Subvenções a Aplicar	2.375.959	2.194.383
Subvenções Investimentos	(249.572)	392.864
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(3.308.463)</b>	<b>(2.809.971)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(827.041)	(1.007.405)
Baixas de bens no imobilizado ao custo	65.589	-
Aumento/diminuição do realizável a longo prazo	(1.614.198)	128.936
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(2.175.641)</b>	<b>(878.569)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Emprestimos	3.642.172	2.871.855
Obrigações financeiras	(12.137)	51.978
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamento</b>	<b>2.628.035</b>	<b>2.823.433</b>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.855.769)</b>	<b>(764.906)</b>
Saldos de disponibilidades no início do exercício	7.812.200	8.577.737
Saldos de disponibilidades no final do exercício	4.957.032	7.812.800
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.855.769)</b>	<b>(764.906)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Expresso em reais

#### 1. A Entidade

a) Reconhecimento de utilidade pública

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 04 de maio de 1955, tem a origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em 06 de julho de 1873, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, regendo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis.

É uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos.

Sediada na Rua Barão de Jacuajá, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.766/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social - CNAS n.º 44006.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovado através da Resolução -84, publicado no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 21/10/2009 a Santa Casa protocolou pedido de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através do processo 25000.033.562/10-41, aguardando análise técnica e decisão da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS).

#### b) Administração

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 4 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 02 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro.

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

#### c) Manutenção financeira

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

- > contribuição mensal dos irmãos;
- > renda proveniente da prestação de serviços e conexos;
- > renda de imóveis;
- > doações em dinheiro;
- > rendimentos financeiros;
- > rendas eventuais; e
- > auxílios e subvenções dos poderes públicos

#### 2. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2017 de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária em conformidade com as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, os pronunciamentos do CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade que requer uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, sua moeda de apresentação;

b. Contas de resultado: São reconhecidas mensalmente pelo regime contábil de competência;

c. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;

d. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;

e. Estoques: Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado;

f. Ativo imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações devidas ao uso e desgaste natural dos bens;

g. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;

h. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;

i. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme previsão constitucional, a Santa Casa é uma entidade filantrópica, imune, do pagamento de impostos, taxas e da contribuição ao INSS.

j. Patrimônio Social representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/Déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

k. Legislação Fiscal: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consonante a legislação específica aplicável.

l. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

#### 3. Caixa e equivalentes de caixa:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

	Descrição	2017	2016
Caixa		167.059	126.963
Bancos		717.385	3.979
Aplicações financeiras		4.072.588	7.681.858
<b>Total</b>		<b>4.957.032</b>	<b>7.812.800</b>

#### 4. Contas a receber:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

	Descrição	2017	2016
Convênios SUS		2.437.193	2.305.946
Convênios/Particulares		6.191.631	3.924.692
Provisão para perdas		(70.429)	(70.429)
<b>Total</b>		<b>8.558.395</b>	<b>6.160.209</b>

#### 5. Adiantamentos:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

	Descrição	2017	2016
Adiantamento a fornecedores		9	